



UNIVERSIDADE FEDERAL DO AMAPÁ  
PRÓ-REITORIA DE ENSINO E GRADUAÇÃO  
DEPARTAMENTO DE EDUCAÇÃO A DISTÂNCIA  
CURSO DE BACHARELADO EM ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA

CACILDA DIAS DOS SANTOS  
ESTER DE PAULA DE ARAUJO  
MISSILENE PINTO DOS SANTOS

**A IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS  
PARA AS MULHERES, POR MEIO DA SECRETÁRIA EXTRAORDINÁRIA  
DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES NO ESTADO DO AMAPÁ.**

Artigo acadêmico apresentado como trabalho de conclusão de curso, atividade obrigatória para a obtenção do título de Bacharel em Administração Pública pela UNIFAP, sob a orientação do Prof. Mestre Robson Materko.

Macapá-AP  
2017

# **A IMPORTÂNCIA DA IMPLEMENTAÇÃO DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES, POR MEIO DA SECRETÁRIA EXTRAORDINÁRIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES NO ESTADO DO AMAPÁ.**

Cacilda Dias Dos Santos<sup>1</sup>

Ester De Paula De Araújo<sup>2</sup>

Missilene Pinto Dos Santos<sup>3</sup>

## **RESUMO**

Esta presente pesquisa teve uma abordagem sobre a relevância da SEPM- Secretária de Políticas para as Mulheres, como equipamento social norteadora das Políticas Públicas direcionadas para as mulheres, a relação na construção desta política com os movimentos feministas e de mulheres no Amapá, e sua contribuição na interferência do cotidiano das mulheres amapaenses para seu empoderamento. A problemática discutida, surgiu a partir da busca por respostas com fins de justiça social, dignidades de direitos das mulheres e participação dos agentes estruturais que evoluíram socialmente. Esses questionamentos se deram devido os índices de violência contra as mulheres, serem crescentes e não haver no atual contexto histórico, nenhuma preocupação por parte do estado mudar o cenário do quadro em que se encontra hoje a Política Pública para as mulheres no estado do Amapá. A pesquisa tem como objetivo baseia-se em discutir a importância da SEPM na implementação das Políticas Públicas para as mulheres no estado do Amapá. A metodologia aplicada foi à pesquisa qualitativa, com a aplicabilidade de questionários com perguntas e resposta fechadas, entrevistas e análise de documentos. Além disso, ela faz uma discursão sobre os três temas que ela apresenta: Uma abordagem sobre políticas Públicas, segundo as Normatizações das Políticas Públicas para as Mulheres por meio da Secretaria Extraordinária de Políticas para as Mulheres do Amapá, a metodologia, as análises e interpretações dos resultados, apresentação e análise dos resultados e por fim conclui-se ter uma Secretaria, Coordenadoria da mulher, para atender e proteger as mulheres vítimas de violência doméstica e que vivem em vulnerabilidade social e suscitar as mulheres a sair do seu silêncio e encorajá-las a denunciar a violência que as vítimas sofrem nos seus lares entre outras localidades.

**Palavra Chave:** Conquistas Feministas. Direitos das Mulheres. Empoderamento. Políticas Públicas.

---

<sup>1</sup> Cacilda Dias Dos Santos. Acadêmica do Curso de Bacharelado em Administração Pública da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. Email: cacilda-dias@hotmail.com

<sup>2</sup> Ester De Paula De Araújo. Acadêmica do Curso de Bacharelado em Administração Pública da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. Email: ester\_paula@hotmail.com.br

<sup>3</sup> Missilene Pinto Dos Santos. Acadêmica do Curso de Bacharelado em Administração Pública da Universidade Federal do Amapá – UNIFAP. Email: missilenesantos12@gmail.com

**IMPORTANCE DA IMPLEMENTAÇÃO DAS PUBLIC POLICIES FOR AS  
MULHERES, BY MEIO DA SECRETARY EXTRAORDINARY POLICY PARA  
AS MULHERES NO ESTADO DO AMAPÁ.**

**ABSTRACT**

This present research had an approach on the relevance of the SEPM - Secretary of Policies for Women, as social equipment guiding the Public Policies directed to the women, the relation in the construction of this policy with the feminist and women's movements in Amapá, and its contribution In the daily interference of the amapaenses women for their empowerment. The problematic discussed came from the search for answers for social justice purposes, the dignity of women's rights and the participation of the structural agents who have evolved socially. These questions were raised because the rates of violence against women are increasing and there is no current historical context, no concern on the part of the state to change the scenario of the framework in which the Public Policy for women in the state of Amapá is today. The research aims to discuss the importance of SEPM in the implementation of Public Policies for women in the state of Amapá. The applied methodology was qualitative research, with the applicability of questionnaires with closed questions and answers, interviews and document analysis. In addition, she makes a discourse on the three themes that she presents: An approach on Public Policies, according to the Normalizations of Public Policies for Women through the Extraordinary Secretariat of Policies for Women of Amapá, methodology, analyzes and interpretations Of the results, presentation and analysis of the results and finally it concludes to have a Secretariat, Coordination of women, to attend and protect women victims of domestic violence and who live in social vulnerability and to cause women to leave their silence and encourage them, To denounce the violence that the victims suffer in their homes among other localities.

**KEYWORDS:** Feminist Achievements. Rights of Women. Empowerment. Public policy.

## 1. INTRODUÇÃO

Esta pesquisa aborda a importância da SEPM- Secretária de Políticas para as Mulheres, como norteadora das Políticas Públicas direcionadas para as mulheres, sua relação com os movimentos feministas e de mulheres no Amapá, e sua importância na interferência do cotidiano das mulheres amapaenses. Foi na década de 90 que as Políticas Públicas para as mulheres tiveram sua relevância na intenção de lutar pelos direitos, por meio de manifestações, reuniões, encontros entre outras ações que provocaram o governo a criar uma agenda específica para a mulher, incluindo-as no planejamento e orçamento das esferas públicas: Federal, Estaduais e Municipais. Desta forma, foi que os grupos de movimentos de mulheres e feministas conquistaram em 2004 a Secretária Extraordinária de Políticas para as Mulheres do Amapá - SEPM e tem como finalidade ser um espaço político administrativo que segue a dinâmica da colaboração, planejamento e elaboração de um conjunto de ações e operações das quais resultam produtos/bens ou serviços, programas e projetos para atingir uma meta que favoreça a mulher a sua emancipação com responsabilidade assim como também a sua autonomia e empoderamento.

A secretaria extraordinária de políticas para as mulheres do Estado do Amapá - SEPM também é o órgão responsável pela coordenação e elaboração de políticas voltadas para a integração social, política e econômica das mulheres, especialmente as que se encontram em situação de vulnerabilidade social. A SEPM tem como prioridade trabalhar os cinco eixos: Educação, saúde da mulher, autonomia da mulher, violência contra a mulher, e mulher no espaço de poder, baseia-se no I E II Plano Nacional de Políticas para mulheres, no começo do trabalho da SEPM, trabalhava com o PSE- plano de suporte estratégico e em seguida construiu um Plano estadual e conjunto com as mulheres de movimentos e feministas representantes de Instituições Governamentais. O 1º plano Estadual da mulher do Amapá está entre o 8º melhor do Brasil. Tal problemática se deu devido os índices de violência serem crescentes e não haver nenhuma preocupação por parte do estado de inibir essas barreiras sociais.

Conforme avaliação da SPM/PR/2009 (Secretaria Especial de Políticas para as mulheres), a Secretaria da Mulher do Amapá esteve à frente de muitos estados na construção de Políticas Públicas para as mulheres. O pioneirismo do Amapá foi resultante da articulação de mulheres, dos diversos movimentos sociais, do governo estadual e das prefeituras. Mesmo antes do Pacto Nacional, estes avanços eram uma

realidade na sociedade amapaense. Com o advento do pacto das Políticas Públicas, os avanços se expandiram significativamente, empreendidos pela criação de Organismos de Políticas para as Mulheres – OPM e o Conselho Municipal dos Direitos das Mulheres – CEDIMAP, entre outros novos equipamentos sociais. A finalidade da criação desses órgãos eram atender e proteger as mulheres vítimas de violência doméstica e que vivem em vulnerabilidade social e suscitar as mulheres a sair do seu silêncio e encorajá-las a denunciar a violência que as vítimas sofre nos seus lares entre outras localidades.

Desta forma, a pesquisa tem o objetivo geral de discutir a importância da SEPM na implementação das Políticas Públicas para as mulheres no estado do Amapá. A definição de Políticas Públicas para Mulheres ocorreu no contexto de fortalecimento do movimento feminista no Brasil, a partir dos anos 1970. Menos de uma década depois se consolidaram no Brasil um forte movimento feminista, amparado pela academia, cujos reflexos, de imediato, se fizeram presentes na tentativa de incorporação da perspectiva de gêneros nas Políticas Públicas e programas governamentais com o intuito de estabelecer pautas políticas que especificam e/ou direcionadas às mulheres. Assim para Bandeira e Almeida; Sem dúvida, foram e são ainda muitos os desafios para alcançá-las. Políticas públicas se constituem em uma das formas de interação e de diálogo entre o Estado e a sociedade civil, por meio da transformação de diretrizes e princípios norteadores em ações, regras e procedimentos que constroem a realidade. Sua articulação com a perspectiva de gênero é recente (BANDEIRA; ALMEIDA, p. 05, 2004).

A problemática exposta na presente pesquisa, faz se necessário a seguinte pergunta: Até que ponto a implementação das Políticas Públicas realizada pela SEPM, resultou em benefícios com garantias de direitos para as mulheres do Estado do Amapá? Tal problemática partiu da busca por respostas com fins de justiça social, dignidades de direitos das mulheres e participação dos agentes estruturais que evoluíram socialmente. Esses questionamentos se deram devido os índices de violência contra as mulheres, serem crescentes e não haver nenhuma preocupação por parte do estado de inibir essas barreiras sociais.

O presente trabalho está composto por seis seções com base contextual da pesquisa: Na primeira seção foi apresentada a introdução do trabalho, na segunda seção faremos uma breve abordagem teórica das políticas públicas, a terceira seção aponta à

metodologia da pesquisa a quarta seção evidencia uma análise e interpretação dos dados pesquisados, a quinta seção baseia-se nas considerações finais da pesquisa e por fim a sexta seção apresenta-se a base de sustentação teórica da pesquisa, com a lista das referências bibliográficas utilizadas no estudo.

## **2. FUNDAMENTAÇÃO TEÓRICA**

### **2.1. CONCEITOS DE POLÍTICAS PÚBLICAS.**

Para que as Políticas Públicas transformem uma sociedade é preciso: atores políticos com capacidade para diagnosticar e analisar a realidade social, econômica e política em que vivem, além de negociar de forma democrática com os diferentes atores envolvidos no processo. “Tudo isso envolve habilidades para gerenciar complexidades (em cenários de incertezas e turbulência, por exemplo) e conseguir colaboração de todos os que estão envolvidos na implementação de determinadas ações de governo” (RODRIGUES, 2011, p. 25).

Rodrigues aborda um importante contexto das Políticas Públicas. E assim evidência, para que elas se concretizem e sejam devidamente implementadas é preciso ouvir, debater, analisar e dialogar permanentemente com os atores sociais e junto à população. Em seguida acrescenta, é necessário planejar por meio de diagnósticos levantados e estabelecer metas e indicadores, objetivando realizar e alcançar o objetivo traçado. Trabalhando de forma integrada gestando com a habilidade técnica política, econômica, social, moral e ética, torna-se necessário saber gerir os recursos em frente às prioridades e demandas que fora solicitadas, dando sempre prioridade a real necessidade social. Assim, para que sejam de fato efetivadas as Políticas Públicas devem-se buscar a capilaridade, dentro da gestão, trabalhando com a política da intersetorialidade, otimizando tempo e recurso e os conflitos que forem surgindo na execução e nas demandas. Observando sempre as prioridades surgidas durante o processo das ações devidamente planejadas. Considerando essas questões, Teixeira (2002, p. 3) define Políticas Públicas como:

[...] são diretrizes, princípios norteadores de ação do Poder Público; regras e procedimentos para as relações entre Poder Público e sociedade, mediações entre atores da sociedade e do Estado. São, nesse caso, políticas explicitadas, sistematizadas ou formuladas em documentos. Conceitos gerais de Políticas Públicas (leis, programas,

linhas de financiamentos) que orientam ações que normalmente envolvem aplicações de recursos públicos. Nem sempre, porém, há compatibilidade entre as intervenções e declarações de vontade e as ações desenvolvidas. Devem ser consideradas também as “não ações”, as omissões, como formas de manifestação de políticas, pois representam opções e orientações dos que ocupam cargos.

Com esta percepção, identificou neste capítulo, ideais e esperanças que a cerca das Políticas Públicas para as mulheres, compreende-se que elas são o caminho para a busca da equidade. A luta para sua efetivação de fato e de direito pode ser vista, como um alvo a ser atingido a cada dia, tendo sempre um indicativo, que possa atravessar os modos de fazer política pública, neste País e neste Estado, tendo sempre como referencia à equidade. Para que isso aconteça, é necessário que as mulheres tornem-se continuamente protagonistas do processo de construção dos seus direitos. Há muito a fazer, e os enfrentamos ainda não se esgotaram, observando que muito ainda precisa ser feito.

## 2.2. O QUE SÃO POLÍTICAS PÚBLICAS PARA MULHERES?

Considerando o conceito de política, avançamos para a definição de Políticas Públicas. Políticas Públicas são conjuntos de programas, ações e atividades desenvolvidas pelo Estado diretamente ou indiretamente, com a participação de entes públicos ou privados, que visam assegurar determinado direito de cidadania, de forma difusa ou para determinado seguimento social, cultural, étnico ou econômico.

De acordo com SILVEIRA:

As políticas não são neutras. É preciso indagar também o modo como são construídas e a quem beneficiam, além de observar a lógica tradicional do Estado que tende à fragmentação das ações. Caminhar para políticas integradas de gênero é uma aspiração ainda distante para a maioria dos organismos de políticas para mulheres em nossas administrações. Isso não quer dizer que não fizemos muito e que não tenhamos saldo positivo a apresentar. Mas a proposta deste texto é encarar os desafios necessários para não só resistir a eventuais retrocessos como para buscarmos refletir sobre os nossos desafios para avançarmos. (Silveira, p. 05, 2003).

Baseando-se no estudo de Silveira, faz-se uma reflexão sobre o contexto, pois as Políticas Públicas surgem das necessidades de vários movimentos sociais, que ficaram por décadas alijadas do processo de construção da gestão pública. Assim, houve uma prioridade das demandas solicitadas na agenda de governo para atender a afeição

de cada seguimento social e garantir os direitos mencionados no Art. 5º da Carta Magna de 1988:

Art. 5º. Todos são iguais perante a lei, sem distinção de qualquer natureza, garantindo-se aos brasileiros e aos estrangeiros residentes no País a inviolabilidade do direito à vida, à liberdade, à igualdade, à segurança e a propriedade, nos termos seguintes: I - homens e mulheres são iguais em direitos e obrigações.

Na certeza que homens e mulheres devem ter os mesmo direitos, como rege a constituição, mulheres continuaram suas lutas para provocar uma discussão maior sobre direitos para as mulheres e assim, definir políticas que corresponda as suas especificidades.

### 2.3 CONCEITO E MISSÃO DA SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DO AMAPÁ A (SEPM).

A Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres criada em 20 de fevereiro de 2004 pela Lei 0812/2004, tem como missão: articular, coordenar, promover, elaborar, sensibilizar, executar e formular ações e implementar Políticas Públicas para as mulheres em parcerias com outras secretarias do GEA, Governo Federal e Municipal. A Secretaria com a sua articulação com os movimentos de mulheres e movimento feminista, junto com o Conselho Estadual dos Direitos da mulher, criado no ano de 2004 pela Lei 0812/2004. E com a Marcha das Josis e marchas das Marias foi possível fazer o chamamento, envolvimento e enfrentamento a violência contra a mulher e teve visibilidade para conseguir sensibilizar os prefeitos (as), vereadores (as), bancadas estadual, federal e o governador que fossem realizadas as conferências municipais e estaduais de políticas para as mulheres, marchas, blitz, e seminários, cursos para enfrentar a violência contra a mulher, como também garantir ao maior número de participação das mulheres nas conferências Nacional.

O Amapá Tornou-se o único estado a realizar as 16 marchas de enfrentamento a violência contra a mulher. O Amapá é também o único Estado do Brasil a implantar 16 coordenadorias em todos os seus municípios. Vale a pena ressaltar que as metas foram cumpridas quanto o objetivo de criação. As Marchas ganharam destaque, porque elas foram uma conquista dos movimentos de mulheres, feministas e do Governo do Estado.

O enfrentamento da violência contra a mulher no Amapá avançou com a criação da Secretaria da mulher, que elabora, coordena, executa as ações preventivas e implementa as Políticas Públicas para as mulheres com o apoio dos movimentos de mulheres e feministas e CEDIMAP (Conselho Estadual dos Direitos da Mulher do Amapá), que delibera e fiscaliza as Políticas Públicas para as mulheres. Com a articulação da SEPM (Secretaria Extraordinária de Políticas para as Mulheres) surgiram mais equipamentos sociais como: CAMUF (Centro de Atendimento à Mulher e a Família), que trata do homem, da mulher e dos filhos; CRAM (Centro de Referência de Atendimento à Mulher), que atende a mulher e articula fazendo com que a mulher se sinta acolhida; Delegacias das Mulheres; Juizados das Mulheres; Promotorias das Mulheres, que garante a mulher nos procedimentos processuais e inquérito policial e POLITEC (Polícia Técnico-Científica), com resultado dos exames de forma rápida. A inclusão da linguagem inclusiva nos documentos oficiais e a tratativa dos servidores (as).

#### 2.4 AS NORMATIZAÇÕES DAS POLÍTICAS PÚBLICAS PARA AS MULHERES POR MEIO DA SECRETARIA EXTRAORDINÁRIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES DO AMAPÁ-SEPM.

Enquanto não existia a secretaria da mulher como um órgão Institucionalizado, havia mecanismos com ações organizadas por mulheres de diversas áreas profissionais que já realizavam de forma colaborativa com medidas que desencadearam no GT Mulher Maior e Menor - Grupo de trabalho para mulheres, que já trabalhavam com a política para mulheres em parceria com a SIMS – Secretaria de Mobilização Social do Estado do Amapá, que desenvolveu as ações em 2003 e em 2004.

O Amapá se tornou referência na área jurídica, no que diz respeito ao atendimento à mulher vítima de violência, mesmo antes da aprovação da Lei Maria da Penha. Pois as mulheres já eram atendidas na Delegacia, através de TCs - Termo Circunstanciado, e enquanto que no Juizado Especial dava-se a celeridade no processo da mulher. Diferente dos outros estados, em que as mulheres esperavam para serem intimadas, seis meses depois do ato violento contra elas.

A SEPM realizou um trabalho em sinergia com as outras secretarias de Estado e outros poderes públicos, Tribunal de Justiça, Ministério Público, Assembleia

Legislativa, Governo Municipal e Federal – SPM, bancada federal do Estado do Amapá, Movimentos de Mulheres e Feministas e o Conselho Estadual dos Direitos das Mulheres.

Todas as articulações eram feitas de forma integrada, de acordo com Plano de Suporte Estratégico (PSE, 2004), orientado pelo colaborador Asiel Leite Araújo e elaborado nas reuniões dos movimentos de mulheres e nos GT's Mulher Maior e GT Mulher Menor, em 2003. Posteriormente, em 2007, a SEPM articulou as conferências Municipais e realizou a II conferência Estadual, onde colheram as propostas das mulheres, formando assim o I Plano Estadual de Políticas para as Mulheres, com a consultoria de Elias Araújo, construído á partir das necessidades e propostas da Conferência de 2007, com as mulheres de todos os municípios, dos movimentos de mulheres e feministas, funcionários (as) do Governo do Estado do Amapá e membros do CEDIMAP – Conselho estadual dos Direitos da Mulher Criado em 2014 pela Lei 0812/2004.

A Secretária norteou nos seus planos de ações com base no objetivo do desenvolvimento do Milênio- ODM, que apresentou as 8 (oito) metas que são: 1- Erradicar a pobreza e a fome; 2- Atingir o ensino básico universal; 3- Promover a igualdade entre os sexos e a autonomia das mulheres; 4- Reduzir a mortalidade infantil; 5- Melhorar a saúde materna; 6- Combater o HIV/AIDS (Imunodeficiência humana/Síndrome da Imunodeficiência Adquirida), a malária e outras doenças; 7- Garantir a sustentabilidade ambiental; 8- Todo mundo trabalhando pelo desenvolvimento.

Como metodologia, utilizamos a pesquisa qualitativa considerando dados: bibliográficos, documentais para discutir conceitos e contextualizar a história de formalização das Políticas Públicas; documentais adquiridos na Secretaria de Planejamento do Estado do Amapá (SEPLAM), na Secretaria Extraordinária para as Mulheres do Amapá (SEPM), com os movimentos feministas e de mulheres do Amapá, associação de mulheres amapaenses, com servidores (as) públicos da Fundação Orvalho de Hermon - Escola Jardim de Deus, com ex-secretárias de Estado e acadêmicas da UNIMULHER; e de campo, por meio de entrevistas com mulheres envolvidas com os movimentos sociais, como ex-secretárias de Estado, donas de associações, professoras, ex-coordenadoras dos municípios, enfermeiras e Capitã da Polícia Militar do Estado do Amapá. As fontes foram apreciadas a partir de análise de questionários e informações coletadas.

### 3. METODOLOGIA

Desta forma, a pesquisa tem o objetivo geral de discutir a importância da SEPM na implementação das Políticas Públicas para as mulheres no estado do Amapá.

A pesquisa que deu sustentabilidade foi a qualitativa, a documental e bibliográfica.

Para MINAYO, 2003, afirma que:

[...] É o caminho do pensamento a ser seguido. Ocupa um lugar central na teoria e trata-se basicamente do conjunto de técnicas a ser adotada para construir uma realidade. A pesquisa é assim, a atividade básica da ciência na sua construção da realidade. A pesquisa qualitativa, no entanto, trata-se de uma atividade da ciência, que visa a construção da realidade, mas que se preocupa com as ciências sociais em um nível de realidade que não pode ser quantificado, trabalhando com o universo de crenças, valores, significados e outros construtos profundos das relações que não podem ser reduzidos à operacionalização de variáveis. Minayo (2003, p. 16-18)

Sobre a concepção de Minayo, esse tipo de pesquisa é empregado geralmente para análise de dados, observação, investigação participativa, entre outros. Os dados apresentados, em parte, serão analisados e convencionados em gráficos, para que sejam devidamente observados, e possam definir a resposta da pergunta apresentada as entrevistadas. Este método também prioriza o recolhimento de dados por meio de entrevista. Para tanto utilizasse perguntas fechadas e semiabertas, objetivando averiguar a competência consciente das entrevistas a respeito de Políticas Públicas para Mulheres no Estado do Amapá, a observar que se trata de mulheres que atuam diretamente nos movimentos de mulheres, movimentos feministas, FOH-Fundação Orvalho de Hermon, Associações, Partidos Políticos e ONG (Organizações não Governamentais).

#### 3.1. TIPO DE ESTUDO E ETAPAS DA PESQUISA

O presente estudo caracteriza-se por um enfoque descritivo, que se justifica por se tratar de uma pesquisa que busca identificar e analisar uma realidade. A pesquisa foi realizada no período de dois meses (agosto e setembro de 2016), são adotados por pesquisadores, algumas técnicas para coleta de dados, dentre as quais, destacamos: a observação participante e a entrevista para coletar as informações necessárias, pelas secretarias SEPLAN e SEPM, UNIMULHER-UNIFAP e EJD-FOH.

#### 3.2. CARACTERIZAÇÃO DO LOCUS DA PESQUISA

A pesquisa foi realizada na Secretaria Extraordinária de Políticas para as Mulheres do Amapá. UMINULHER-UNIFAP e EJD. Foram 55 pessoas que responderam os questionários e três pessoas entrevistadas.

### **3.3. SUJEITOS DA PESQUISA**

Secretários (as) da SEPLAN, SEPM, Ex. secretárias, Funcionários (as) públicos, movimentos de mulheres e feministas. Secretaria Extraordinária de Políticas para as mulheres do Amapá SEPM, SEPLAN e UNIMULHER-UNIFEAP, escolhidos de forma aleatória.

### **3.4. ANÁLISE E INTERPRETAÇÃO DOS DADOS PESQUISADOS**

Foi utilizado o método qualitativo, com a entrevista e questionários realizados, pesquisa dos livros da Política Pública de enfrentamento a violência contra a mulher realizada no Amapá, é perceptível que com a criação da SEPM, e a forma que a Secretária da Mulher se propôs a trabalhar em rede, fornecendo dados estatísticos de violência contra a mulher, contribuiu para que conseguisse aprovar projetos para a implantação de equipamentos sociais, as entrevistas e questionários realizados em 2016, constatou-se que as pessoas entrevistadas reconhecem, que a e criação da SEPM e todos os equipamentos sociais criados para atender a mulher, foram importante para proteção da mulher e seu empoderamento.

Esta pesquisa obedeceu à Resolução 466/2012 da Comissão Nacional de Ética em Pesquisa, que dispõe sobre as diretrizes e normas regulamentadoras de pesquisa envolvendo seres humanos.

## **4. APRESENTAÇÃO E ANÁLISE DOS RESULTADOS.**

4.1. Análise das mulheres entrevistadas no Amapá sobre a SEPM, o que perceberam dos avanços e retrocessos da política no Amapá para as mulheres.

As mulheres entrevistadas foram mulheres: acadêmicas da UNIMULHER-UNIFAP, servidoras públicas, ex. secretarias de estados, estudantes, mulheres ativistas dos movimentos de mulheres e feministas. Entrevista realizada na SEPLAN – Secretaria

de Planejamento do Estado do Amapá, SEPM - Secretaria Extraordinária de Políticas Públicas para as Mulheres e FOH – Fundação Orvalho de Hermon, como as mulheres de movimentos feministas e de mulheres, ex. secretarias de estado, professoras, acadêmicas da UNIMULHER, Donas de casas, Coronel da Polícia Militar, voluntaria do CVV, e servidoras públicas do PROCON, SESA, PMM, PMS, e mulheres partidárias etc.

Orçamento da Secretaria extraordinária de Políticas Pública para as mulheres no período de 2010 a 2016.

Podemos verificar o quadro abaixo que os recursos, coletado na SEPLAN e SEPM, diminuíram ou permaneceram o mesmo valor.

#### **Quadro 01: Orçamento das Políticas Públicas para as Mulheres.**

ORÇAMENTO DA SECRETÁRIA EXTRAORDINÁRIA DE POLÍTICAS PARA AS MULHERES.	
Ano	Orçamento
2010	Orçamento R\$ 700.000,00
2013	Orçamento R\$ 600.120,00
2014	Orçamento R\$ 612.000,00
2015	Orçamento R\$ 200.000,00
2016	Orçamento R\$ 450.000,00

(Fonte: SEPM – Secretaria Extraordinária de Políticas para as Mulheres do Amapá/2016) SECRETARIA> SILVANDA DUARTE e SEPLAN- Secretaria de Planejamento do Estado do Amapá.

Observa-se que no quadro apresentado pela Secretaria de Planejamento do Estado fornecido nos anos de 2010 a 2016 houve uma queda no orçamento da Secretaria da Mulher, percebe-se que sem esse investimento orçamentário torna-se mais difícil realizar ações de prevenção e de combate a violência contra a mulher, diante desses resultados vamos analisar no próximo quadro os avanços e retrocessos da Secretaria Extraordinária de Política para as Mulheres.

**4.2.** Análise das mulheres entrevistadas no Amapá sobre o que perceberam de avanços e retrocessos através SEPM na política das Mulheres no Estado do Amapá.

Ainda sobre a pesquisa, no próximo quadro será apresentado o resultado das entrevistas realizadas com o público alvo, sobre o que houve de avanço e retrocessos dentro do estado do Amapá sobre Políticas Públicas para as Mulheres, o resultado está apresentado no quadro abaixo.

**Quadro 02 – Quadro sobre os avanços e retrocessos da Política para as Mulheres no Estado do Amapá.**

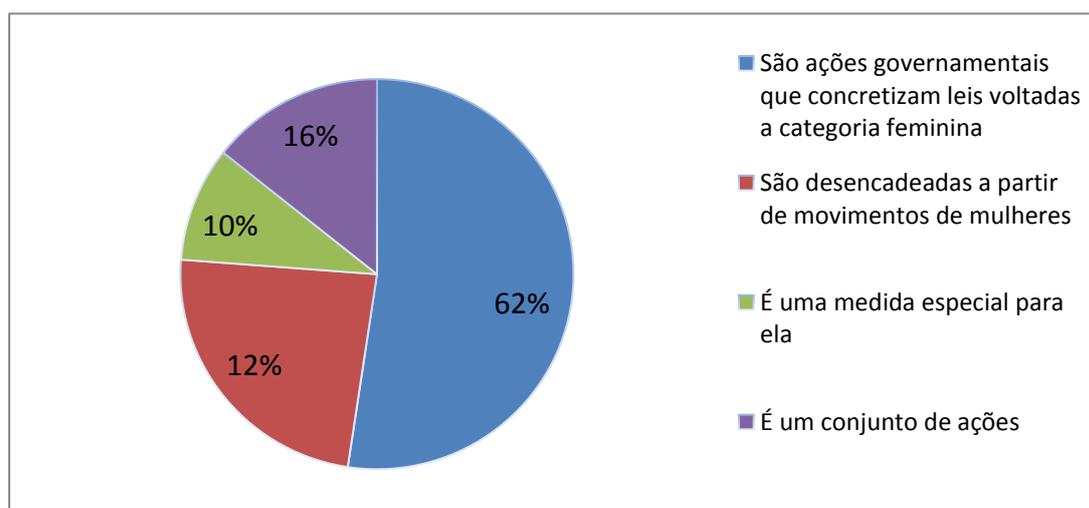
<b>Avanços</b>	<b>Retrocessos</b>
01- CRAM	01- Política partidária
02- DCCM	02- Faltam de investimento
03- SECRETARIA DA MULHER	03- Investimentos no empoderamento das mulheres
04- CAMUF	04- Há não garantia de orçamento exclusivo para a secretaria da mulher.
05- Promotorias Da Mulher	05- Retrocessos de todas as ações das políticas para as mulheres e da secretaria da mulher.
06- Defensorias Da Mulher	06- Ausência de uma delegacia específica em crimes de violência doméstica.
07- Juizados Da Mulher	07- Nas ações da secretaria de estado da mulher nos períodos de 2010 até os dias atuais.
08- Coordenadorias em 16 Municípios Do Estado	08- Pessoas capacitadas no acolhimento das mulheres vítimas de violência
09- Capacitações, Campanhas Preventivas De Saúde, Paes, Equipamentos Para Equipar Instituições.	09- Falta de investimento da rede de Atendimento a Mulher – RAM.
10- Marchas, Blitz De Enfrentamento A Violência contra A Mulher. Reconhecimento, valorização, afirmação, luta, encaminhamento.	10- Desativação de algumas coordenadorias da mulher em alguns municípios.

(Fonte: SEPM – Secretaria Extraordinária de Políticas para as Mulheres do Amapá/2016) SECRETARIA> SILVANDA DUARTE e SEPLAN- Secretaria de Planejamento do Estado do Amapá.

Observando e analisando o quadro em evidencia, tem-se como resultados analisados que a questão partidária tem uma grande influencia para o retrocesso da política para as mulheres no Estado do Amapá, porem, observou-se que os avanços surgiram por meio de lutas dos movimentos de mulheres que unidas conquistaram seus direitos e os equipamentos necessários para os atendimentos das muitas mulheres, vítimas de violência domestica e familiar. Assim, vamos analisar alguns gráficos referentes aos resultados dos questionários aplicados para as mulheres, entre eles vamos

analisar a seguinte questão: O que as mulheres entendem sobre Política Pública para as Mulheres? Nesse interim tivemos os seguintes resultados:

Gráfico 01 – O que é Política Pública para Mulheres?



Fonte: Pesquisa de Campo

Conforme os dados, 62% das entrevistadas afirmaram que são ações governamentais que concretizam leis voltadas para a categoria feminina, 16% afirmaram que é um conjunto de ações, 12% são ações desencadeadas a partir dos movimentos de mulheres e 10% dizem que é uma medida especial para elas.

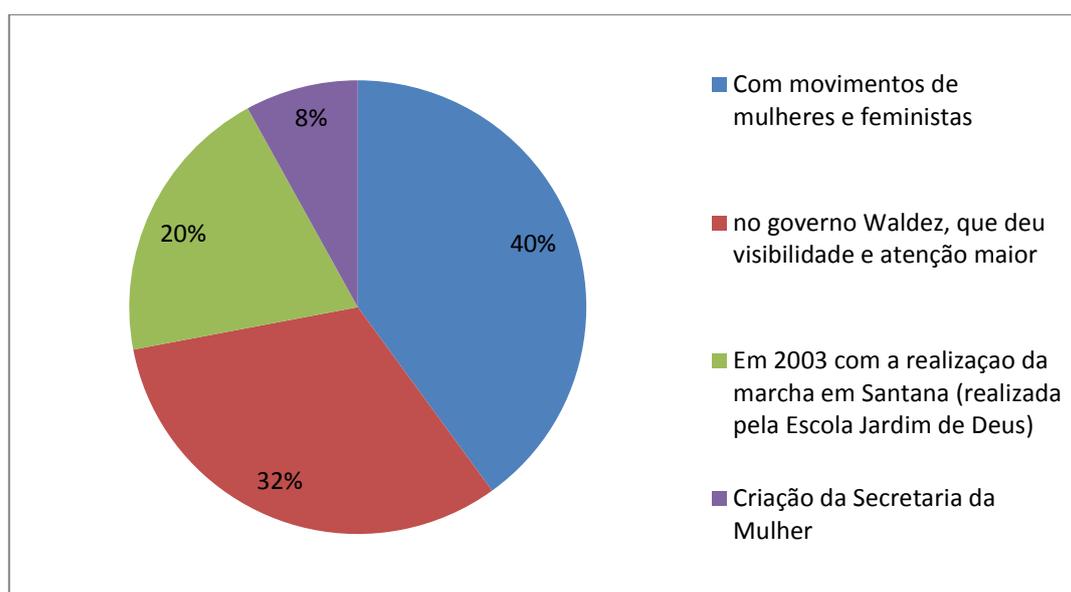
De acordo com SILVEIRA

As políticas não são neutras. É preciso indagar também o modo como são construídas e a quem beneficiam, além de observar a lógica tradicional do Estado que tende à fragmentação das ações. Caminhar para políticas integradas de gênero é uma aspiração ainda distante para a maioria dos organismos de políticas para mulheres em nossas administrações. Isso não quer dizer que não fizemos muito e que não tenhamos saldo positivo a apresentar. Mas a proposta deste texto é encarar os desafios necessários para não só resistir a eventuais retrocessos como para buscarmos refletir sobre os nossos desafios para avançarmos. (Silveira, p. 05, 2003).

Compreende-se o pensamento de Silveira quando afirma que as Políticas Públicas não são neutras, pois elas são construídas diante de um pensamento coletivo de debates e discursões por melhorias e direitos para todas as mulheres que estão

desfavorecidas no contexto social, familiar e profissional no Brasil e no Estado do Amapá. Assim vamos analisar no próximo gráfico quando as Políticas Públicas tiveram início no Estado do Amapá?

Gráfico 02 - Início das Políticas Públicas no Amapá



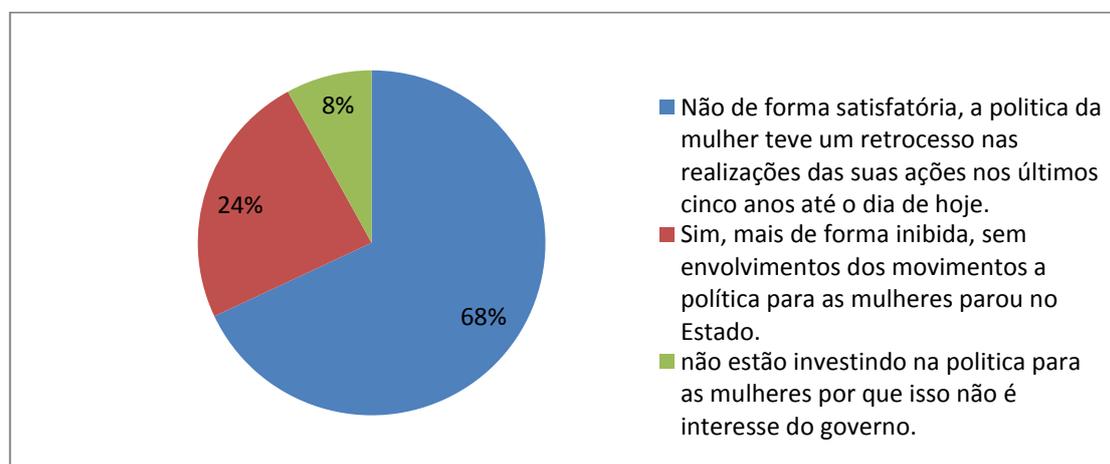
Fonte: Pesquisa de Campo

As compreensões dos resultados foram: 40% das entrevistadas afirmaram que foi com os movimentos de mulheres e feministas por meio das lutas sociais de direito, 32% afirmaram que foi no período do governo do então governador Waldez Góes, pois foi ele quem deu atenção e criou uma pasta para as mulheres em 2004, sendo criada a Secretaria de mulheres, 20% evidenciaram em suas respostas que por meio da realização de uma marcha no Município de Santana em 2003, pela Escola Jardim de Deus que reuniu mais de 8 mil pessoas reivindicando os direitos das mulheres e 8% das entrevistadas afirmaram que a política pública teve início no Amapá com a criação da secretaria da mulher em 2004.

Para Ester de Paula de Araújo, (entrevista realizada em 16/02/17) que foi a primeira secretária da Política para as Mulheres no Estado do Amapá afirma que houve uma grande manifestação em 2003 realizada pela Fundação Orvalho de Hermon/Escola

Jardim de Deus que reuniu e mobilizou na época mais de 8 mil pessoas para protestar contra os abusos de violências sexual e familiar e assassinatos, que estavam alarmante no estado, devido ao grande número de pessoas, o governador na época se comprometeu em criar uma pasta para as causas e necessidades da mulher. Assim sobre a apresentação feita, vamos entender no próximo gráfico sobre quais investimentos estão sendo realizados para o empoderamento da mulher vítima de violência doméstica? Os resultados foram os seguintes:

Gráfico 03 – Em sua opinião estão sendo realizados investimentos para o empoderamentos da mulher vítima de violência no Estado do Amapá?



Fonte: Pesquisa de Campo

Os novos tempos exigem que mais e mais mulheres, consideram-se empoderadas. O percentual de 68% das mulheres entrevistadas afirmaram, que os investimentos orçamentário para a política para as mulheres ocorrem mais não de forma satisfatória, afirma que houve um retrocesso na política da mulheres dos últimos cinco anos até os dias atuais, 24% afirmam que esses investimentos ocorrem de forma inibida, sem grandes proporções e 8% das mulheres entrevistadas relatam que não há investimentos para a política para as mulheres por que isso nunca foi interesse. Para Gabriel Bonis, (p. 01, 2012).

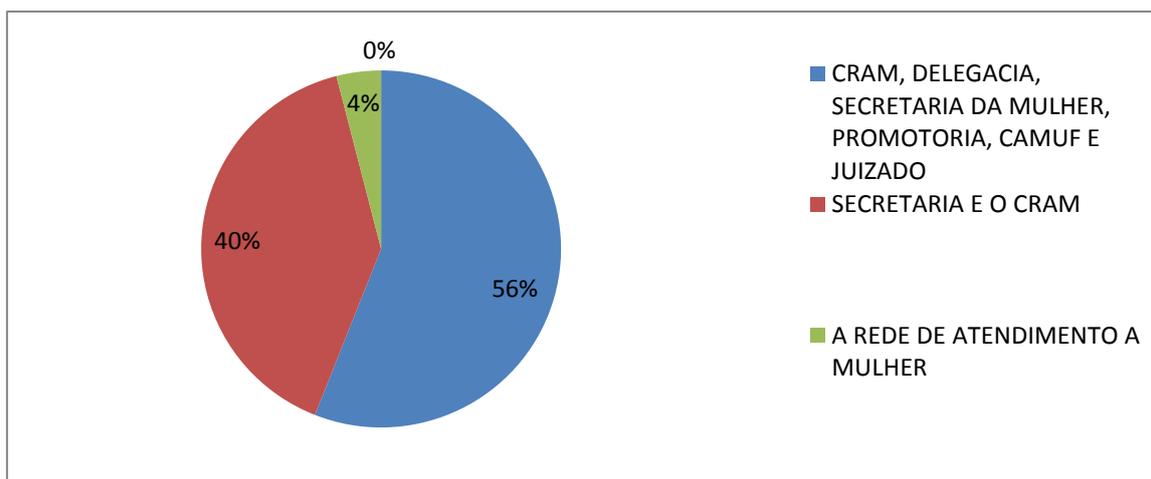
“Após mais de cinco anos da Lei Maria da Penha em vigor, legislação que endurece as penas em casos de agressão a mulheres, o Brasil ainda apresenta uma estrutura de atendimento à violência de gênero extremamente deficitária. Menos de 10% dos municípios do País possuem delegacias especializadas no combate à violência contra a mulher, segundo dados anunciados nesta semana pela Secretaria de Políticas para

as Mulheres. Ao todo são 374 delegacias em cerca de 7% das 5,5 mil cidades brasileiras. “ ( Bonis, p. 01, 2012)

Observa-se de acordo com o resultado das entrevistas a questão de investimento na Política Pública para as Mulheres não tem sido uma prioridade para as agendas governamentais deixando a política para a mulher enfraquecida e os equipamentos de direitos e defesa conquistados por meio de muita luta dos movimentos fragilizados para exercerem seus trabalhos com o devido acolhimento necessário.

O próximo gráfico irá abordar os resultados que são os equipamentos sociais que foram conquistados pelos movimentos feministas e de mulheres para enfrentar e combater a violência contra a mulher no Estado do Amapá.

Gráfico 04 – Quais são os equipamentos sociais que foram conquistados pelos movimentos feministas e de mulheres para enfrentar e combater a violência contra a mulher no Estado do Amapá?



**Fonte: Pesquisa de Campo**

Sobre o resultado das entrevistas, foi observado que 56% das entrevistadas disseram que os equipamentos criados foram o Centro de Atendimento e Referências dos direitos da Mulher – GRAM, 40% apontaram que foram a Secretaria da Mulher – SEPM, 4% afirmaram que foi a Rede de Proteção a Mulher.

De acordo com a responsável da Secretaria Extraordinária de Políticas para as Mulheres do Estado do Amapá em entrevista no dia 16/02/17, evidencia em sua entrevista os equipamentos sociais para as mulheres que foram conquistados, em que avançou a política da mulher: a criação da Secretaria Extraordinária da Mulher do estado do Amapá, Criação do Conselho Estadual da Mulher, incentivos com equipamentos para a criação e funcionamento das Coordenadorias municipais de

mulheres, incentivo como equipamentos para criação e funcionamento de conselhos municipais protocolo RAM- Rede atendimento à mulher vítima de violência, Criação de equipamentos sociais e incentivos para que outros poderes criassem órgão de proteção à mulher. Diálogo permanente com os movimentos de mulheres, apoio em ações e incentivo a criação de associação de mulheres, investimentos as campanhas preventivas da saúde da mulher com a SESA, na área de trabalho e criou a Sete (Secretaria de Trabalho e Empreendedorismo, criou o Renda para Viver Melhor (bolsas para mulheres carentes), trabalho com as mulheres grávidas e ações nos bairros através da SIMS – Secretaria de Acedência Social, criou o Luz para Viver Melhor, e o Amapá Jovem, investimento para Campanhas de enfrentamento ao escarpelamento, a violência contra a mulher, ao racismo, na de mídia, campanhas em material gráficos, em escolas, faculdades, marchas e blitz preventivas em todo estado, articulação para criação da UNIMULHER-UNIFAP, ofertas de cursos profissionalizantes, cursos para o empoderamento da mulher, acesso ao crédito, vagas para emprego em parceria com a SETE- Secretaria do Trabalho e empreendedorismo e em 2009, conseguimos muitos recursos federal para trabalhar com as mulheres e o governo do estado alterou a lei da SEPM para mudar sua estrutura administrativa de cargo e garantiu orçamento próprio.

Visibilidade da SEPM - Secretaria Extraordinária de Políticas para as Mulheres e dos movimentos de mulheres e feministas e das associações de mulheres e outros seguimentos.

Em 2006, as pesquisadoras, observaram por meio de entrevistas realizadas com servidores (as) públicos da segurança pública, e usuárias da delegacia da mulher de Macapá e Santana, onde em Macapá foram constatadas pela pesquisadora com sete usuárias (Franco, 2006,). Segundo a delegada, as dificuldades para oferecerem bons atendimentos, estão na falta de pessoal e nos preconceitos que ainda existem entre os/as profissionais que realizam o acolhimento, a delegacia tem muito boas relações com Juizado Especial e para ai, encaminham as usuárias, onde são atendidas com presteza. São encaminhadas, ainda, para o hospital da mulher, polícia técnica, Secretaria da mulher, Casa Abrigo, Defensoria Pública e centro de atendimento à mulher e a família (CAMUF). A delegacia aponta que tem “dificuldade em atender as usuárias que buscam pensão alimentícia, guarda dos filhos, moradia e que têm problemas de saúde”. Assinala que houve melhoria com a criação do GT Mulher, Coordenado pela SEPM, daquele Estado.

Em Santana foram constatada pela pesquisadora com cinco usuárias (Franco 2006, D). A delegada aponta como a dificuldade para um bom atendimento a falta de um juizado especial, só para tender mulheres, ausência de médicos legistas, a ausência de Instituições- Como Casa Abrigo, Centro de referência - e a falta de uma rede de serviços que possa dar- suporte há mulheres vítima de violência. É fato que a delegada titular de Macapá, por ter participado do curso de capacitação de 2002, faz com que estejam presentes no seu discurso, de forma mais contundente. A pesquisadora reforça que em Macapá a prática vem melhorando com a recente inauguração do CAMUF, que oferece apoio psicológico e social a toda a família, retirando da DEAM de Macapá a prestação destes serviços. Ela reconhece que a prestação de serviços do Juizado no Amapá já estão mais avançados do que o restante do País. Políticas Públicas e violência contra as mulheres: metodologia de capacitação de agentes públicos.

## 5. CONSIDERAÇÕES FINAIS

Em vista dos resultados e retrocessos apresentados, depreende-se que os movimentos feministas e de mulheres e outros movimentos sociais, caminharam e cresceram juntos com os movimentos feministas nacionais e contribuíram para criação das OPMs, - Organismo de Políticas para as Mulheres Municipal e Estadual. Inicia-se também a tentativa da descentralização da administração pública, por meio de trabalhos integrados através da Rede. Com isso houve algumas mudanças nas estruturas governamentais, fazendo o chamamento, envolvimento e propondo uma agenda específica e garantido recursos no PPA –Plano Plurianual, LOA - Lei Orçamentária Anual, LDO - Lei das Diretrizes Orçamentaria, para viabilizar a implementação das Políticas Públicas. É notório que as estruturas dos órgãos encontravam-se enfraquecidos, por não haver uma fomentação, entre administração versus políticas PPM – Políticas Públicas para as Mulheres, que resultaram na criação da SEPM, e a mesma normatizou o atendimento Institucional e administrativo. Portanto o diálogo dos movimentos de mulheres e feministas com o Governo organizara-se para enfrentar de diversas formas do fato da mulher ser alijada da sociedade pela condição de ser mulher, e foi realizado por uma força tarefa, através de caminhadas, de marchas, blitz, campanhas publicitárias, ações, seminários, cursos de capacitações, palestras, criações de Leis, e criações de equipamentos sociais, como: CRAM- CAMUF- Centro de atendimento a mulher, ao homem e a família, Juizado da mulher, Promotoria da Mulher, Defensoria, Delegacia da Mulher com espaço próprio, e melhor atendimento e acolhimento, Criação de dezesseis Coordenadorias Municipais da Mulher, Box da mulher do Super Fácil, Delegacia das Mulheres em Três Municípios, PAMs, posto de atendimento a Mulher em cinco município, Casa abrigo Fátima Diniz com maior estrutura, Sala de atendimento a mulher no Hospital de Santana e Macapá, atendimento específico para mulher com resultados céleres de exames na POLITEC, criação do Protocolo estadual e Municipal de enfrentamento a mulher, criação da **LEI N.º 1.764, DE 09 DE AGOSTO DE 2013**, que normatizou a RAM -Rede de proteção a mulher no Amapá, 7 CRAMs- Centro de atendimento e acolhimento a mulher Municipais, UNIMULHER-UNIFAP Universidade da Mulher- duas Leis Nacionais, sendo uma para combater o escarpelamento a Lei 12.199-10 e Lei 11.970 /009 que obrigar a cobertura do eixo do motor nas embarcações pequenas e organizou-se com dados estatísticos de violência contra a mulher, pois em 2008 eram 8 mulheres mortas , em 2010 diminuiu para 3 mulheres mortas e a cada ano lançava dados estatísticos por ano, como por

exemplo a cada 20 minutos uma mulher é violentada no Amapá. As Secretarias de Educação, Saúde, TERRAP e todos os Órgãos trabalhavam em rede para atender a mulher na sua integralidade. Com isso a Política mulher avançou de forma significativa para o que era. E desta forma a mulher amapaense começou buscar sua afirmação no espaço de poder, e sua autoestima dentro de um paradigma diferenciados de administração no que concerne as políticas para mulheres. Assim sendo incentivar a buscar o seu empoderamento para que a mulher pudesse ser sujeita de direito, sendo capaz de unir-se as companheiras e desconstruir o machismo ainda institucionalizado em nossa sociedade. E provocando assim um refletir nas atitudes de muitos homens e mulheres com ideias e atitudes machistas, racista e sexista, a SEPM propôs trabalhar na sensibilização para incorporações das políticas dos marcadores sociais que são: gênero, étnico-racial, geracional, classe, pessoas com deficiência e orientação sexual, e tornando como desafio na gestão a política da intersectorialidade e a política da transversalidade de gênero como pressuposto para conscientizar a sociedade na mudança comportamental .

A forma de trabalhar em rede (RAM) – Rede de atendimento á mulher, (forma de trabalho articulado com as instituições integradas para atender a mulher). Isso possibilitou à SEPM acompanhar os casos de violência contra a mulher e desatar os nós que surgiam na Rede de Atendimento à Mulher. Com isso, os (as) servidores (as) estavam mais motivados (as), capacitados (as), melhorando o trabalho e a rede ficando mais célere.

Pode-se perceber que a criação da SEPM fez o diferencial na vida das mulheres amapaenses, com políticas de ações afirmativas e a implementação de Políticas Públicas que alavancavam no seu bojo assuntos como: empoderamento da mulher, enfrentamento à violência contra a mulher, saúde da mulher, autonomia da mulher e mulher no espaço de poder e a visibilidade das vítimas de escarpelamento.

A linguagem inclusiva nas faças e nos documentos oficiais, visibilidade do escarpelamento, dados estatísticos de violência contra a mulher, como indicadores para construção de Políticas Públicas para combater a violência pela condição de ser mulher.

Os movimentos feministas precisam fazer uma interlocução permanente entre si e os outros movimentos sociais, buscando conhecimentos continuamente e um diálogo de dentro para fora e de fora para dentro, fazendo ouvir o seu eco com os governos, exigindo permanentemente que a agenda da mulher seja construída e

executada para que possa interferir no cotidiano da mulher amapaense, contribuindo assim para que as mulheres estejam empoderadas, mais unidas, indo atrás da sua autonomia econômica e financeira e que elas incentivem as mulheres vítimas de violência a denunciar, a reagir, estabelecendo uma relação de iguais na primeira tentativa de violência.

Dessa forma, é necessário envolver homens e mulheres e toda a sociedade na desconstrução da padronização, do controle, normatização, heteronormatividade, naturalização e na institucionalização do machismo, do patriarcalismo, da homofobia, do sexismo e do racismo. Para que as diferenças sejam devidamente reconhecidas, requer-se de todos/as um esforço diário, adentrando nas escolas, no seu currículo vivo, pautando as discriminações positivas como as cotas para mulheres e negros (as), e as leis que protegem as mulheres como as leis Maria da Penha/11.340, a Lei do Femicídio e outras leis importantes para as mulheres. Uma escola que não limite espaço, tempo, performance e corpo, que não possa negar, negligenciar, ocultar e silenciar grupos em detrimentos de outros. Que seja um espaço de liberdade; pois se esta escola for uma escola tecnicista, binária, que retrata homem e mulher, masculina e feminina, heterossexual e homossexual e não valoriza o indivíduo na sua subjetividade, fica difícil construir políticas públicas para mulheres de forma igualitária e efetiva. Ao contrário, estará sempre ameaçada ao retrocesso. Para o Professor Alexandre Silva, “é uma luta e um desconfiar constante.”.

É necessário lutar pelo fim do preconceito, vivenciamos ainda situações extremas em nossos dias, principalmente quando a mulher é negra, pobre, umbandista e lésbica, pois é vista como uma estranha na sociedade. Desta maneira, o preconceito impede que seus direitos sejam respeitados, é fundamental que toda a sociedade se comprometa a erradicar toda e qualquer manifestação de violência que continuamente aparece nos espaços públicos e privados.

Assim sendo, ter uma Secretaria, Coordenadoria da mulher, com orçamento, e envolvendo todos os órgãos trabalhando de forma integrada para diminuir a desigualdade de homens e mulheres e desconstruir o machismo e suscitando a mulher ser dona da sua própria história.

Faz-se necessário futuro estudos para o aprofundamento deste tema bastante relevante para o desenvolvimento da sociedade amapaense.

## 6. REFERÊNCIAS

- ABNT, ASSOCIAÇÃO BRASILEIRA DE NORMAS TÉCNICAS. Norma - 14724 de 2011.
- ABRANTES, José. Pedagogia Empresarial nas organizações que aprendem. Rio de Janeiro: Wak Ed., 2009.
- BANDEIRA & ALMEIDA, Lourdes e Tânia Mara , Políticas Públicas Para As Mulheres, 2004.
- BONOM , Robson Bonomo, Metodologia da Pesquisa Científica, 1990.
- BONIS, Gabriel, Revista Eletrônica.
- CORRÊA, Cynthia Cândida, Metodologia da Pesquisa Científica, 2013.
- GOLDINHO e SILVEIRA, Tatao, Maria Lúcia. Políticas Públicas de Gênero: In Revista Presença de Mulher, ano XVI, n.45, Outubro/2003.
- LAKATOS, Eva Maria; MARCONI, Marina de Andrade. Fundamentos de Metodologia científica. 5. Ed. São Paulo: Atlas, 2003.
- LEI N.º 1.764, De 09 DE Agosto De 2013 - A Rede de atendimento à Mulher - RAM, Vítima de Violência Doméstica e Sexual, no Estado do Amapá, será composta. Acesso 19/06/2017. [http://www.al.ap.gov.br/ver\\_texto\\_lei.php?iddocumento=44418](http://www.al.ap.gov.br/ver_texto_lei.php?iddocumento=44418)
- LEI Nº 12.199, DE 14 DE JANEIRO DE 2010. Institui o Dia Nacional de Combate e Prevenção ao Escalpelamento. Acesso 19/06/2017. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2010/Lei/L12199.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2010/Lei/L12199.htm)
- LEI Nº 11.340, DE 7 DE AGOSTO DE 2006.- Cria mecanismos para coibir a violência doméstica e familiar contra a mulher, nos termos do § 8º do art. 226 da Constituição Federal, da Convenção sobre a Eliminação de Todas as Formas de Discriminação contra as Mulheres. Acesso 19/06/2017. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2006/lei/111340.htm)
- Lei 11.970, no último dia 06 de julho - Lei obriga a instalação de carenagem no volante e eixo dos motores dos barcos estacionários adaptados à navegação ribeirinha como forma de prevenir os acidentes com escalpelamento e mutilação. Acesso 19/06/2017. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/\\_Ato2007-2010/2009/Lei/L11970.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_Ato2007-2010/2009/Lei/L11970.htm)
- CONSTITUIÇÃO DA REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL DE 1988.** Art. 5º. Acesso 19/06/2017. [http://www.planalto.gov.br/ccivil\\_03/constituicao/constituicao.htm](http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm)
- MINAYO, M.C. de S. (Org.) Pesquisa social: teoria, método e criatividade. 22 ed. Rio de Janeiro: Vozes, 2003.
- PEREIRA, Mariana Alvarenga Eghrari, Protegendo as Mulheres da Violência Doméstica, 2006.
- PIOVESAN, Flávia, Declaração universal de direitos humanos: desafios e perspectivas, 2003.
- ROCHA, Raisal, Sem dinheiro, políticas públicas de combate à violência contra mulheres ficam comprometidas, <http://www.pstu.org.br>, 2014.

RODRIGUES, Marta M. Assumpção. Políticas Públicas. São Paulo: Publi. folha, 2011. (Coleção Folha Explica).

RODRIGUEZ GONZÁLES, Román. La escala local del desarrollo. Definición y aspectos teóricos. In: Revista de Desenvolvimento Econômico. Ano I, n.º1, nov. 1998, Salvador: UNIFACS, p.5-15.

SILVEIRA, Maria Helena. 2007. *O programa diversidade na universidade e a construção de uma política educacional anti-racista*. Brasília : SECAD/UNESCO.

TEIXEIRA, E. C. O, [www.portalconscienciapolitica.com.br](http://www.portalconscienciapolitica.com.br), O papel das políticas públicas no desenvolvimento local e na transformação da realidade, Revista AATR, 2002.

TEIXEIRA, E. O local e o global: limites da participação cidadã. São Paulo: Cortez, 2002.